

Esporte de inclusão: um estudo exploratório

GT 23 - Sociologia do esporte, ócio e tempo livre

Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Jr.

Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa –

UEPG- Brasil

Grupo de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade.

Apoio Fundação Araucária

RESUMO

Apresenta-se um estudo exploratório sobre políticas públicas e esporte de inclusão com os textos premiados no Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão, no ano de 2010, com a delimitação na região norte do país. Trata-se de levantamento bibliográfico com vistas a apresentar a concepção de esporte e lazer, bem como o foco e linha de argumentação dos autores quanto ao entendimento desta adjetivação do esporte.

Palavras chave: Esporte de inclusão, Políticas Públicas, Participação.

Introdução

O Ministério do Esporte (ME) por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL) tornou público o 2º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social em 2010. Por meio da premiação de 52 trabalhos a 2ª edição teve aumento quantitativo e qualitativo, divulgando-os num livro de 600 páginas, divididos em cinco categorias, sendo neste trabalho delimitado a categoria de dissertações, teses e pesquisas independentes. O intuito foi premiar os melhores trabalhos que abordaram a perspectiva da inclusão social por meio do esporte ou lazer no território brasileiro permitindo a divulgação de pesquisas que subsidiam a construção, implantação e verificação de políticas públicas que se pretendam inclusivas.

Objetiva-se apresentar as três produções premiadas na região norte, tendo como foco a análise dos temas, referenciais teóricos¹ e metodologias utilizadas para verificar as concepções de inclusão social. Esta delimitação se justifica pelo fato de que a produção das duas edições estão sendo mapeada por um grupo de trabalho na UEPG.

Este texto é uma pesquisa exploratória, de cunho descritivo, com natureza qualitativa. Esse tipo de pesquisa proporciona a visualização de processos e contextos históricos, desvelando a complexidade e contradições de fenômenos estudados (Bourguignon; Oliveira Jr, 2012).

Mapear os indicadores elencados permite desvelar essas complexidades no âmbito da inserção social por meio de projetos esportivos e de lazer, além da construção de um referencial que amplia a experiência do pesquisador frente ao tema da inclusão com possibilidade de estender pesquisas nos âmbitos da graduação e da pós-graduação.

Esporte na comunidade.

¹ Ressalva-se que os referenciais destacados nos fichamentos estão conforme aos originais nas referências.

“Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o programa esporte na comunidade (Fortaleza/CE)”, de Oliveira; Suassuna; Trompiero Filho (2010) tem como proposta discutir a inclusão social do ponto de vista da democracia participativa, por meio dos princípios *acesso, democratização e participação política*; que compreendem o conceito de democracia participativa nas políticas públicas de esporte e lazer no município de Fortaleza no Ceará entre os anos de 2005 a 2008, tendo como recorte o Programa Esporte na Comunidade (PEC).

A partir do governo Lula da Silva (2003-2007) tem-se aberta portas para o modelo de governo progressista no que tange a participação política no quadro das políticas sociais, sobretudo pela criação do ME e a construção de uma Política Nacional do Esporte (PNE), que proporcionou em 2004 e 2006 as duas Conferências Nacionais do Esporte (CNE). Os princípios do *acesso, democratização e participação política*, sobretudo no Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) foi abordado por considerar que parte da população brasileira não tem tido acesso ao esporte e lazer. Estas ações têm fortalecido as políticas públicas nos estados e município, sobretudo pelo processo de descentralização de gestões de políticas públicas neste âmbito.

Este cenário é apresentado como outro tempo de participação política com a participação de diferentes atores, entre eles do governo, da sociedade civil e universidade, presentes na dinâmica social. Essa dinâmica social “engendra novos mecanismos de atuação, [...] particularmente no âmbito do esporte e lazer” (2010, p. 49). Estes novos mecanismos pressupõe políticas públicas com base na democracia participativa, cujo modelo de político pressupõe fundamento numa perspectiva crítica da realidade social. Investigar o significado das políticas públicas e a adoção dos princípios da democracia participativa em governos democráticos na área do esporte e lazer é “contribuir para a garantia do direito ao esporte e ao lazer na perspectiva do *acesso, da democratização e da participação política*” (2010, p. 49).

A escolha do PEC como objeto atende aos preceitos da democracia participativa num cenário de políticas que envolvem maior participação de cidadãos, que realinham políticas de esporte e de lazer como direitos sociais, atendendo ao que preceitua a Constituição Federal, no seu art. 6º. O PEC pressupõe um projeto pedagógico com vistas a transformar a realidade por meio de reflexão sobre a ação dos homens no âmbito do esporte e lazer.

Os autores questionaram como a democracia participativa pode repercutir em políticas públicas de esporte e lazer no município de Fortaleza, entre 2005 a 2009, considerando o PEC. Objetivaram “analisar as repercussões dos princípios norteadores da democracia participativa os quais estão presentes no PEC ao passo que são revertidos à autonomia e auto-organização social”. Além de “identificar e analisar estratégias de *acesso*, desenvolvidas pelo programa [...] verificar em que medida o programa consolida por meio do acesso aos princípios da democratização e da participação política, visando o envolvimento dos cidadãos na busca pelo exercício dos seus direitos sociais”.

A metodologia é qualitativa, delineada como estudo de caso e para coleta de dados utilizaram questionários, entrevistas e a observação. Os atores foram participantes do programa, professores e o grupo gestor, além dos pais e lideranças comunitárias. Foi executado um trabalho de campo em cinco locais, considerados “comunidades núcleos” do PEC. Para tabulação de dados o programa computacional “Statistical Pachage for the Social Sciences (SPSS) versão 15.0” foi utilizado. Usaram-se complementos de registros de observação e levantamento bibliográfico e documental.

Oliveira; Suassuna; Trompiero Filho (2010, p. 50) apresentam a segunda metade do século XX, sobretudo nas décadas de 60 e 70, como marco em que a democracia participativa ganha corpo no sentido de ampliação da participação de cidadãos. O centro do processo é a argumentação de que a

“participação do povo não se restringe somente à escolha dos líderes do governo” e a ampliação para outras esferas da vida social e política permitira atingir a “justiça social”. Trata-se de um modelo alternativo ao modelo liberal hegemônico, por meio de maior participação do cidadão nas decisões governamentais sem abandonar o modelo representativo.

Os autores apresentam a teoria da democracia participativa, com base em Poulantzas (2000), Machperson (1979) e Davis (1964). Propõe-se uma aproximação do modelo liberal a um modelo socialista em que se busca maior participação popular nos setores de poder, sobretudo pela participação direta e representativa. Para se conseguir essa participação aponta-se a necessidade do cidadão adotar uma postura de “executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua própria capacidade” (2010, pp. 50-52), além de o Estado buscar diminuir desigualdades socioeconômicas. Abandonar o modelo de consumista e ao mesmo tempo a diminuição de desigualdades estaria ligado ao caminho de participação cidadã. Para atingir a democracia participativa a educação pública teria ter investimentos, de tal forma que os esforços de atividades políticas e de governo atenderiam a possibilidade de proporcionar condições de a população potencializar suas capacidades intelectual, emocional e moral. Destarte, a teoria da democracia participativa possibilitaria atingir uma educação política para “consolidação de processos e/ou mecanismos participativos para estabelecimento de um Estado democrático”.

Para se atingir o objetivo de analisar os princípios da democracia participativa no PEC é necessário dar o cenário destas políticas. Sobretudo a compreensão de que a institucionalização do esporte e lazer como direitos sociais é central no modelo da democracia participativa, tendo o cidadão como sujeito das ações e decisões pertinentes a coletividade.

Com base em Santos (1987) e Demo (1995) constroem-se o entendimento de cidadania. O raciocínio é aquele em que o nascimento do indivíduo o insere numa sociedade em que o mesmo adquire direitos que o caracterizam como cidadão. Essa condição de cidadão numa sociedade se dá pelo que se chamou de “enraizamento na cultura de um estado de espírito”. O que se quer dizer com isso? Que por meio da educação, do aprendizado é que se compreende e se adquire os direitos de cidadão e para isso deve-se adquirir competência de se fazer sujeito para uma construção histórica própria e coletiva, garantindo direitos sociais, bem como a expansão em canais de participação ativa.

Para essa cidadania como cerne dos direitos humanos é que se apresenta uma concepção de que o Estado tem que ser público e de serviço para atender o interesse e o bem comum, tornando-o legítimo e de direito. A cidadania perpassa a dinâmica social por meio de suas relações e contradições e se manifesta na ação dos sujeitos em seu cotidiano, em sua prática política; a participação dos atores sociais no sentido de atender suas necessidades e seus interesses individuais e coletivos é essencial para existência da cidadania e para o estabelecimento do Estado democrático.

No pós-guerra é que surge o termo “Estado-providência” que apresenta “missões de proteção social e de redistribuição dos ganhos”, uma nova forma de cidadania. Qual seria? A de que as políticas sociais como ação do Estado garantiriam direitos sociais e possibilidades de exercício de cidadania por meio direitos e instituições. Porém, surge o avanço do neoliberalismo com a tendência de mercantilização de direitos conquistados pelas classes populares transformando-os em bens e serviços a serem adquiridos no mercado.

O esporte e o lazer surgem como direitos sociais com garantia no plano jurídico-formal a partir da Constituição de 1988, no seu art. 6º e pelo artigo 217, que considera dever do Estado fomentar as práticas formais e não formais. A ressalva levantada é a de que estes devem estar pautados na dinâmica social como demanda de cidadania e ser um vínculo social.

Por meio desta aproximação com a dinâmica social, utilizando-se de Telles (1999), parte-se para a possibilidade da cidadania se enraizar nas práticas sociais, porém com uma discussão sobre a problematização dos direitos, entendido aqui como “práticas, discursos e valores que afetam a maneira como as desigualdades e diferenças são demonstradas na esfera pública, como os interesses se apresentam e como os conflitos se concretizam” (Ibid., p. 54). Os direitos sob o ponto de vista da sociedade não se relacionam apenas as garantias formais inscritas nas leis e instituições. Não se desconsidera a importância da ordem legal e do aparato institucional que são asseguradores da cidadania e da democracia. Os direitos se referem à maneira como as relações sociais são estruturadas, sendo os direitos o que estabelecem uma sociabilidade pelo qual o sujeito reconhece seus pares como “sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”.

A partir da cidadania e garantia de direitos sociais ao esporte e lazer, os autores entram na análise da PNE, no governo Lula da Silva, um governo com ideário democrático e popular. Tanto pensamento e prática política no setor do esporte e lazer são reformulados, com a criação do ME, em 2003. O papel do ME seria o de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”, papel definido na I CNE em 2004. Em suma, a criação do ME e sua estruturação em pastas denominadas de Secretarias, permitiu materializar a democracia participativa por meio da I e II CNE, espaço que permitiu o debate socializado, democrático, pois permitiram subsidiar a construção de diretrizes e definições da PNE. Retrata-se a descentralização das esferas federal, estadual e municipal, também feita no PEC, permitindo a participação da sociedade civil no processo.

Dois outros programas são apresentados com base nos princípios da democratização da gestão e participação, sendo o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer na Cidade, ambos permitindo os princípios *acesso, democratização e participação política*. Salienta-se a importância da descentralização da gestão presente na PNE criando a possibilidade de autonomia dos estados e municípios frente às políticas de esporte e lazer a serem desenvolvidos no âmbito local.

Com base nesta contextualização é que se apresenta o estudo de caso do município de Fortaleza, como modelo de administração pública e gestão participativa, tendo como elemento central o PEC. Dois registros são feitos: que o programa segue diretrizes da PNE e se pauta na descentralização da gestão de políticas públicas de esporte e lazer.

O PEC via o acesso, democratização e participação política, é confrontado com as entrevistas e a literatura vinculadas aos temas “democracia participativa, participação, gestão participativa, cidadania e direito social”.

As finalidades do PEC podem ser sintetizadas como garantia e democratização ao acesso ao esporte e lazer como direito social tendo temas da cultura corporal via uma práxis pedagógica contextualizada dando novos elementos para a comunidade compreender e refletir sobre a realidade social, bem como a finalidade de potencializar a construção participativa das ações do programa em conjunto com a comunidade, definindo formas de instalação de instrumentos de lazer e acompanhamento de atividades desenvolvidas.

Os autores apresentaram dois modelos institucionais no PEC. O primeiro vinculado ao esporte de rendimento, que dura de 2005 até 2006 e determinavam instalações de Núcleos com base em acordos/questões políticas. O segundo modelo de 2006 a 2009, foi baseado numa teoria crítica implantado por professores de Educação Física que tiveram como referência experiências de gestão de esporte e lazer de outros municípios governados pelo Partido dos Trabalhadores. O eixo destas experiências foi desenvolver políticas de esporte e lazer para trabalhadores, por meio de estímulo a

prática participativa e democrática com vistas à transformação social dando acesso a esses indivíduos a espaços de esporte e lazer até então inacessíveis.

O marco desta experiência é o embate entre a liberalização de autonomia frente ao mercado esportivo e interesses conservadores que entendem essa liberalização como ameaça ao poder instituído. Em suma, liberar os espaços, práticas e planejamento para maior parte da população ou manter interesses de grupos? Essa foi a tônica enfrentada

Com relação a acesso, retrataram-se dados que demonstraram algumas limitações no PEC. Os participantes se dividiram em 84% entre a faixa etária de 9 a 15 anos e com 73% de homens. Constatou-se a pouca participação de adultos e de mulheres. Por escassez orçamentária foi reduzida e limitada a oferta de estrutura material para os núcleos, além de falta de acompanhamento da secretaria e falta de infraestrutura para as atividades.

Com relação à democratização, abriram-se espaços para definir ações de intervenção conjunta frente a demandas das comunidades no setor de esporte e lazer, o que permitiu o protagonismo dos atores envolvidos (participantes, lideranças comunitárias, pessoas da comunidade) nas ações que afetam funcionamento e permanência do programa nas localidades, tendo resistência da comunidade em se tomar decisões sem o diálogo com a mesma. Também foi importante o acesso ao conhecimento da cultura corporal por parte da comunidade.

A participação política foi mapeada como uma alternativa de se trabalhar no ideário da participação popular como um recurso pedagógico com vistas a possibilitar a comunidade questionar o Estado como única instituição de garantia de direito ao acesso ao esporte e lazer. Constataram-se dois limites à participação política: modo de organização do Estado tendo a ineficiência de seus órgãos e a burocratização no que se refere à construção e manutenção de equipamentos de esporte e lazer e a recursos orçamentários para viabilizar condições objetivas para funcionamento dos núcleos e falta de atores e organizações sociais com experiências norteadas aos objetivos de participação.

Conclui-se entendendo que: a) a função da democracia participativa em promover a educação política para consolidação de processos/mecanismos participativos para estabelecimento de um Estado democrático; b) O PEC como um modelo de descentralização da gestão de políticas públicas de esporte e lazer; c) a limitação no Brasil dos direitos de acesso ao esporte e lazer apenas ao plano jurídico-formal que permite verificar no PEC o acesso da população ao conjunto de ações, situação em que se sugere estabelecimento de novos parâmetros de manutenção e funcionamento dessa política como ação de Estado com previsão orçamentária e assegurada por lei; d) criação de canais de comunicação com a comunidade, permitindo a democratização que não existia em gestões passadas, sendo um modelo alternativo de intervenção governamental no setor de esporte e lazer no município de Fortaleza e no Brasil; e) o conhecimento da cultura corporal ser garantido às comunidades atendidas;

Inclusão de Jovens

O segundo artigo denominado de “PROJOVEM: impactos de inclusão dos jovens – uma análise dos egressos da qualificação profissional do Arco de Esporte e Lazer em Recife”, foi fruto de dissertação de mestrado defendida em Educação na Universidade Federal Pernambuco, dos autores Caú e Oliveira (2010, pp. 63-75).

Neste artigo, se retratou os impactos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) em jovens egressos de um processo de qualificação, que foi chamado de Programa Arco de Esporte e Lazer na Cidade (PAELC), no bairro Ibura, no Recife.

Em termos metodológicos, também foi trabalho de natureza de qualitativa, e as técnicas utilizadas foram o grupo focal, entrevista reflexiva e aplicação de questionários para captar perspectivas de gestores, qualificadores e os jovens egressos do programa de formação.

Os resultados alcançados reportam a uma análise de que o PAELC “pouco contribuiu para alterar o processo de degradação das relações sociais vivenciadas pelos jovens, quando relacionados à re-inserção, à escolarização, à qualificação profissional e as relações de sociabilidade”.

Apesar de pouco contribuir, sobretudo na evidência apresentada de um processo de escolarização “precarizado” e acelerado, apresentaram algumas contribuições. Entre elas: o fortalecimento de vínculos afetivos e relacionais entre os jovens participantes no PAELC, que, segundo Caú e Oliveira (2010, p. 63) “contribuem para o exercício da criatividade e de autoconstrução dos jovens participantes do PROJOVEM”.

A estrutura do texto apresenta uma problematização do PROJOVEM como um eixo estruturante da Política Nacional de Juventude no Brasil que atenderam jovens de 18 a 24 anos no município de Recife, cuja demanda é acelerar o processo de escolarização para se chegar ainda jovem ao ensino médio, num trabalho sinérgico entre formação geral, qualificação profissional e engajamento cívico.

Com base no banco de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2007), apresentou-se que o Brasil continha naquele momento 20% da população com jovens entre 18 a 24 anos, sendo em torno de 14 milhões com renda familiar abaixo de meio-salário mínimo, o que os caracterizaram em vulnerabilidade social, não só pela questão econômica, mas pelo pouco acesso as relações sociais supracitadas.

Essas relações foram retratadas no Brasil frente a uma crise estrutural e conjuntural, pela qual alcançar um patamar superior de realização tem sido pouco efetivo. Se por um lado nosso sistema gera exclusão, os autores apresentam a ideia de que novas formas de socializações são possíveis, a partir da lógica da emancipação, algo desejável para que se possa ter uma sociabilidade emancipada.

A partir desta construção, retrata-se o PAELC como projeto estruturador desenvolvido pela autarquia municipal num ginásio de esporte do município de Recife, com as seguintes ações: futebol participativo, esporte do mangue, atividades sistemáticas de lazer em diferentes equipamentos da cidade, tendo como foco pedagógico o programa círculos populares de esporte e lazer, que consiste em fomentar a qualificação em recreador, agente comunitário e esporte e lazer, monitor de esporte e animador de eventos.

Neste contexto, a questão norteadora do texto foi verificar quais os impactos do PROJOVEM no processo de inclusão social dos jovens egressos. Metodologicamente o grupo focal foi escolhido pelo fato de permitir maior interação entre os participantes, e constituíram três grupos com os jovens egressos e um com pelos qualificadores. Aplicaram 21 questionários e usaram a entrevista com os grupos de gestores. Para análise deste material utilizaram a análise de conteúdo.

Para auxiliar o processo de análise, os autores trabalharam teoricamente a condição juvenil contemporânea, enquanto sujeito de direito, com o intuito de desvelar as dimensões de exclusão e inclusão.

Em síntese, os autores apresentam uma discussão sobre o conceito de juventude, de tal forma que coloca o jovem como foco de conhecimento para que possa pensar “numa sociedade mais justa no acesso a bem-estar e à participação cidadã, por meio de maior igualdade de oportunidades”. Neste sentido apresenta-se a juventude numa dimensão simbólica, porém não isolada das determinações materiais, históricas e políticas numa dada sociedade. Alerta-se para se pensar em juventudes num sentido plural para que se pense em desigualdades que afetam a juventude.

Neste sentido, Caú e Oliveira (2010) lançam mão de autores como Abramoway (et. al. 2007), Abramo (2005), Ribeiro (2006), Martins (2007) para caracterizar a juventude e a situação de exclusão e inclusão. Dentre as argumentações apresentadas, chama-nos a atenção à aproximação da exclusão com vulnerabilidade social aliada em debates acadêmicos e com gestores de políticas públicas com temas referentes ao “discurso da pobreza e da miséria, emprego e desemprego e a precariedades dos espaços de socialização.” Neste sentido, apresenta-se a exclusão com algo velho como a humanidade, ligado a “processos de segregação”.

No entanto, apresenta-se a exclusão como uma regra estruturante da sociedade capitalista. Pois somos excluídos para sermos incluídos e nesse processo a responsabilidade é da lógica da inclusão.

O foco passa para pensar essa inclusão, via um panorama das concepções de políticas públicas de juventude no Brasil, em que as perspectivas mudam no processo histórico. Nessa apresentação mostram-se determinantes dessas políticas “ora concebida na perspectiva de tutelar o jovem” entendendo-o como risco para a sociedade e merecedor de controle. Outro momento visto como “protagonista de desenvolvimento social”. Ou como mais recente o jovem como “sujeitos de direitos, na perspectiva de empoderamento, perspectiva esta, apresentada nos marcos do PROJOVEM”.

A concepção de inclusão é apresentada como “sentir-se incluído significa também ser escutado, ser reconhecido, sentir-se membro da sociedade em que vivem, poder realizar projetos, obter espaços específicos e ter a possibilidade para desenvolver criatividade” (Ibid, p.72).

Ao retratar a conclusões sobre o trabalho, Caú e Oliveira mostram uma evolução em políticas públicas de juventude no Brasil, sobretudo no governo Lula da Silva, principalmente na lógica de “jovens enquanto sujeitos de direitos”. Por enquanto as efetivações de propostas esbarram em limitações estruturais no sentido de garantir a construção de autonomia desta população.

Os indicadores de impacto utilizados, escolarização, inserção profissional e cidadania, apontaram para as seguintes conclusões quanto ao PAELC: continuidade de estudos, porém escolarização precarizada em ritmo acelerado; quanto a empregabilidade, não se viu ações para o primeiro emprego, largando-os a sua própria sorte; a constatação de que os jovens compreendem o processo formativo ofertado no tocante a apreensão de novos conteúdos culturais; interesse por conteúdos culturais; a estimulação do espírito criativo nos jovens; contribuição no espírito de solidariedade e engajamento comunitário; a importância dada aos espaços de socialização juvenil no projeto.

Por fim apresenta-se a indicação de que o Estado deva investir no processo de continuidade na formação destes jovens.

Questão de Avaliação

O último texto diz respeito à “Política de Esporte e Lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação”, de autoria de Almeida (2010). Este texto visualizou limitação em avaliar formalmente os processos de desenvolvimento desde sua implementação em 2001, bem como no impacto dessas ações governamentais. Neste texto o esporte e o lazer também são entendidos como garantia de um direito constitucional, porém num período recente.

A metodologia proposta foi a de realização de um estudo de caso da política de esporte e lazer no Recife, tendo como técnica de coleta de dados o estudo focal, conduzido por uma matriz elaborada via pesquisa bibliográfico e documental, complementada por análise de conteúdo com o recurso de Bardin (2004)

O contexto inicial apresentado por Almeida (2010, p. 77) coloca a avaliação como um processo entre as etapas que uma análise de política pública foca. Esse processo no Brasil tem impulso a partir da década de 1980 com o estabelecimento de “políticas sociais universalizantes enquanto direito de cidadania”. A crítica que emerge neste momento seria o mau uso de recursos públicos, e na década de 1990 a avaliação ganha destaque, sobretudo focando na eficiência na utilização de recursos e na eficácia para atingir seus objetivos.

Com a tentativa de superar a avaliação de controle de gastos surge a concepção de avaliar para “mudar comportamento ou desempenho de política ou programa, cujo objetivo é oferecer informações publicas” (Silva, 2008 En Almeida, 2010, p. 77).

Além da eficiência e eficácia, busca-se um modelo em que se trabalhe o contexto social, econômico, político, cultural e organizacional para que se possa entender o porque dos resultados e impactos de políticas públicas. Além destas categorias, surge a preocupação em avaliar também a efetividade. No tocante ao esporte e lazer, Almeida (2010) mostra que o processo avaliativo é recente e que ainda existe uma disputa sobre qual manifestação de esporte social as políticas públicas devem se centrar. Delimita-se neste trabalho o que se chama de esporte de participação.

O raciocínio levantado no texto segue a lógica de apresentar reflexões a respeito da avaliação em política pública, sobre a metodologia adotada (já apresentada anteriormente) e sobre a política de esporte e lazer do Recife, Pernambuco.

Sobre a avaliação em política pública, Almeida (2010, p. 79) elenca as perguntas “o que, como e de forma se deseja avaliar” como norte para construção de um instrumento. Sobretudo, lança mão de um resgate histórico para tratar das concepções sobre avaliação.

Almeida (2010, p. 80) mostra historicamente a evolução e queda do modelo do Welfare State. Ao mesmo tempo mostra nos países desenvolvidos um período em que se emprega montantes financeiros em países do terceiro mundo, surgindo a necessidade de acompanhamento destes recursos.

No Brasil, a partir de 1980, surge a expansão das políticas públicas. No entanto, a partir de 1990 o modelo neoliberal toma cena; surge o chamado modelo de Administração Gerencial para o Setor Público, visando a modernização deste setor, no qual o Estado reduz sua intervenção em determinados segmentos, como da economia e na diminuição de benefícios sociais.

O modelo que se enraizava era fruto de exemplos internacionais, pelos quais programas sociais se reformulavam pela “focalização, descentralização e privatização”, sendo exigências de organismos internacionais esse processo para que países recebessem financiamentos.

A mudança de foco se dá pela troca do controle nos gastos para avaliar práticas governamentais a se tornarem transparentes à sociedade. Para a efetivação do instrumento de avaliação Almeida (2010, p. 82) lança mão de conceitos propostos por Rodrigues (2008) e em Draibe (2001) que consideram a avaliação como “análise de uma atividade fatos ou coisas que permite compreender de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”. Aliada a esse conceito entra o entendimento de “anatomia” que considera todos os aspectos da implementação de uma política pública como foco de uma avaliação”.

Sobre as categorias utilizadas para construção da matriz utilizada nos estudos focais Almeida (2010, p. 83) definiu três dimensões: a “Institucional-legal”, a “Gestão” e a “de Participação e Controle Social”. Estas dimensões permitem o que se chama de avaliação de processo, levantando o que se chamou de fatores facilitadores e obstáculos aos objetivos planejados.

Por último, Almeida apresenta a política de esporte e lazer no Recife enfatizada na lógica legal como direito e dever do Estado. Em síntese, apresenta as duas gestões que vão de 2001 a 2008,

administrada pelo Partido dos Trabalhadores. A tônica da administração foi romper com modelos de favorecimento político para se pensar numa política que permitisse o acesso aos vários segmentos populacionais como direito.

Em termos legais a elaboração e formulação da política do esporte e lazer no Recife pautaram-se pela “Constituição de 1988, na Lei Orgânica do Recife e Na Lei municipal nº 17.544/09).

Em relação à estrutura, na primeira gestão não havia organização formal para dar suporte às ações, apesar de coordenações criadas para ações pautadas nas manifestações do esporte (participação, educacional e rendimento) com ênfase na participação. Na segunda gestão com a definição de uma Reforma Administrativa, reservou-se um Ginásio (chamado Geraldão) para as ações da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, que se organiza em três diretorias: diretoria de esporte amador; de lazer e cidadania e de esporte e juventude. Duas frentes de ações foram privilegiadas: “uma programática – relacionada às atividades finalísticas [...] e uma estruturadora – relacionadas à organização e suporte para as atividades fim” da política.

Almeida apresenta dados que remetem a sugestão de sua utilização para outros projetos, pois por meio das dimensões institucional-legal, de gestão e de controle o instrumento serve como reatualização aos gestores de políticas públicas. Como exemplo, na análise do estudo de caso do Recife, constatou-se a sugestão comum no grupo focal de criação de uma infraestrutura de atendimento no município.

Com a aplicação do instrumento Almeida (2010, p. 86) percebeu que as três dimensões são influenciadas pela disputa de interesses, sendo a institucional-legal não está isenta de concepções ideológicas, a dimensão de gestão também é permeada por conflitos de interesse e a dimensão de controle é constituída por processos políticos, pois coloca em jogo disputas de interesses conflitantes entre Estado e Sociedade.

Conclusão

De forma objetiva constatou-se mais aproximações do que afastamentos entre os textos. Primeiro na concordância de que o esporte e o lazer estão centrados num modelo de direito e aí a necessidade de se ampliar projetos. Segundo, a visão de projetos está pautada na necessidade de dar armas para superar uma situação de vulnerabilidade e não de ocupação de tempo disponível. Terceiro, o entendimento de que a concepção de inclusão está articulada com a situação de superação de vulnerabilidades, o que exige uma gestão participativa e descentralizada. Os referenciais usados são os que pautam uma discussão social e metodologicamente chama-nos atenção o uso de pesquisas qualitativas com aproximações de estudos de caso e de grupo focal. Os trabalhos refletem projetos específicos governamentais, aproximando a teoria da prática social concreta, permitindo o repensar políticas públicas que tendam minimamente ao atendimento da inclusão do povo brasileiro.

Por fim, cabe esclarecer que o presente artigo cumpre com a função de um estudo exploratório na medida em que está inserido num continuum relacionado ao processo de pesquisa na Universidade Estadual de Ponta Grossa, em fase de levantamento dos trabalhos que pensam as políticas de esporte e de lazer como direitos sociais e como inclusão social.

Referências

- Almeida, B. C. Política de Esporte e Lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação. En: Brasil, Ministério do Esporte. Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. *Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social*. Brasil: Ideal, 2010. pp. 76-87.
- Abramo, H. (2005). Considerações sobre a tematização social juventude no Brasil. *Revista brasileira de Educação*. São Paulo: Maio/Jun/Jul/Ago, nº 5, nº 6.
- Abramoway, M., Esteves, L. C. G. (2007). Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmos. En Abramoway, M., Esteves, L. C. G. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO.
- Bardin, L.. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- Bourguignon, J.A., Oliveira Junior, C.R. *Pesquisa em ciências sociais: interfaces, debates e metodologias*. Ponta Grossa: TodaPalavra Editora, 2012.
- Brasil, Ministério do Esporte. Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. *Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social*. Brasil: Ideal, 2010.
- Caú, J. N., Oliveira, R. PROJOVEM: impactos de inclusão dos jovens – uma análise dos egressos da qualificação profissional do Arco de Esporte e Lazer em Recife. En: Brasil, Ministério do Esporte. Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. *Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social*. Brasil: Ideal, 2010. pp. 63-75.
- Demo, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. São Paulo: Autores Associados, 1995.
- Draibe, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. En: Barreira, Maria C.R.N., Carvalho, M. C.B.(Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC, 2001
- Oliveira, A.A.N.; Suassuna, D.F.A.; Trompiero Filho, N. Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o programa esporte na comunidade (Fortaleza/CE). En: Brasil, Ministério do Esporte. Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. *Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social*. Brasil: Ideal, 2010. pp. 63-75.
- Poulantzas, N. *O estado, o poder e o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Ribeiro, M. (1999). Exclusão: problematização do conceito. *Educação & Pesquisa*. São Paulo: v. 25, nº 1, p. 35-50, jan/jul.
- Rodrigues, L. C. (2008). Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*. Fortaleza: UFC –CE, v. 01, nº01 jan/jul.
- Santos, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- Silva, M. O. S. Avaliação de Políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. En: Silva, M.O.S. et al. *Pesquisa Avaliativa: aspectos teóricos e metodológicos*. São Paulo: Veras Editora; São Luiz, MA: GEAEPP, 2008
- Telles, V. *Direitos sociais: afinal do se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.